MEMÓRIAS E REGISTROS DO CHORO PAULISTANO

O Choro como Patrimônio Cultural

Luciana Fernandes Rosa Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES) lfrosa1@gmail.com

ORCID: 0000-0001-9889-2809

Resumo: O presente trabalho refere-se à comunicação oral apresentada pela autora no Seminário *São Paulo, lugar de encontros – Conhecendo patrimônios musicais*, na mesa redonda *Registros*, em março de 2022. O texto desenvolve as reflexões da autora acerca de sua atuação como pesquisadora assistente do Processo de Instrução Técnica para o registro do Choro como Patrimônio Cultural do Brasil, realizado junto ao IPHAN desde 2020 e atualmente em fase de conclusão. Concentrando-se particularmente no mapeamento de dados relativos ao estado de São Paulo, a pesquisadora relata particularidades do processo de levantamento, suas interações com os detentores e considerações gerais a respeito das concepções de patrimônio como um processo contínuo e conectado às transformações geradas pela história.

Palavras-chave: Choro; Patrimônio Histórico; Memória; Música Popular; São Paulo.

MEMORIES AND RECORDS OF CHORO IN SÃO PAULO

Choro as Cultural Heritage

Abstract: The present work refers to the oral communication presented by the author at the São Paulo, lugar de encontros – Conhecendo patrimônios musicais, the round-table Registros), occurred in March of 2022. The text develops the author's reflections on her work as an assistant researcher in the Technical Instruction Process for the registration of Choro as a Cultural Heritage of Brazil, carried out with IPHAN since 2020 and currently in the final phase. Focusing particularly on the mapping of data related to the state of São Paulo, the researcher reports particularities of the survey process, its interactions with the holders and general considerations regarding the conceptions of heritage as a continuous process and connected to the transformations generated by history.

Keywords: Choro; Historical Heritage; Memory; Popular Music; São Paulo.

Introdução

Este relato de experiência traz, em forma de texto, as minhas reflexões acerca da minha atuação como pesquisadora sobre o processo de instrução técnica do Registro do Choro como Patrimônio Cultural do Brasil. A apresentação da minha palestra que deu origem a este relato ocorreu no primeiro dia do Seminário *São Paulo, Lugar de Encontros*, sendo parte da mesa redonda *Registros*, juntamente com Renata Amaral, musicista e pesquisadora de culturas populares, e Isabel Santos, pesquisadora e forrozeira. A mesa teve como comentadora a pesquisadora Lorena Avellar de Muniagurria e foi organizada juntamente pela equipe do Projeto Temático FAPESP *O Musicar Local - Novas trilhas para a Etnomusicologia*, a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e o Departamento de

ROSA, Luciana Fernandes. Memórias e Registros do Choro Paulistano: o Choro como patrimônio cultural. *Música e Cultura*, Vol. 13, N.º 2, p. 65-78, 2024. Recebido em: 14/12/2022. Aprovado em: 05/07/2023.

ROSA, Luciana Fernandes. *Memórias e Registros do Choro Paulistano*: o Choro como patrimônio cultural.

Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo (DPH). O evento ocorreu presencialmente nos dias 30/3 a 1/4/2021, na Biblioteca Mario de Andrade, em São Paulo, capital. O relato será dividido em duas partes. Na primeira, será dada uma breve explicação do processo do registro do de um bem como Patrimônio Cultural e informações sobre o processo de instrução técnica do Registro do Choro como Patrimônio Cultural, que está em fase de conclusão. Na segunda parte, trarei um pouco da minha atuação como pesquisadora no referido processo, colocando foco no levantamento do choro sobretudo na Cidade de São Paulo, foco da minha palestra no Seminário supracitado.

O reconhecimento de práticas culturais: O Patrimônio Cultural e Imaterial

O reconhecimento de diversas manifestações culturais como Patrimônio Cultural ocorre no Brasil desde o ano 2000, através do Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e estabelece o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro compreende:

[...] os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Essa definição bem indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais. (CAVALCANTI, 2008, p. 12).

O Decreto nº 3.551/2000 instituiu o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PATRIMÔNIO, s/d). O processo de registro de um bem cultural como Patrimônio Cultural ocorre mediante um processo agregador e participativo, que compreende a equipe técnica do IPHAN, pesquisadores responsáveis pela elaboração dos documentos que serão apreciados pelo conselho consultivo do Instituto e pelos próprios praticantes e mestres das culturas populares, aos quais se dá a denominação de detentores dos bens. O processo inicial de recolhimento de informações acerca do bem cultural e de seus praticantes ocorre através das seguintes ações:

- Levantamento dos dados bibliográficos, arquivísticos e sonoro-visuais, depoimentos e entrevistas com os detentores;
- Descrição dos principais processos de produção e transmissão de práticas e saberes, identificação de praticantes, associações etc;
- Mapeamento de desafios a serem superados, com o objetivo de recomendar ações de salvaguarda;
- Produção de dossiê e um videodocumentário sobre a expressão.

Após esta etapa de levatamento e produção, o Processo é encaminhado à avaliação do Conselho Consultivo do IPHAN para fins de titulação, ou seja, o reconhecimento efetivo daquele bem como Patrimônio Cultural do país. Depois do reconhecimento o IPHAN dá prosseguimento ao processo com ações conjuntas de promoção e sustentabilidade para a salvaguarda do bem ou expressão cultural (CHORO, s/d).

O processo de reconhecimento do Choro como patrimônio

O choro é considerado o mais antigo gênero de música urbana genuinamente brasileiro, tendo iniciado sua história em meados do século XIX. Originado no Rio de Janeiro (TINHORÃO, 1998), seu maior desenvolvimento se deu naquela cidade. No decorrer da história, o Rio de Janeiro, capital do império, concentrou a maior parte do comércio musical no Brasil, inicialmente com a concentração da imprensa musical e editoras de partituras (LEME, 2006), ainda no século XIX, e posteriormente com o surgimento de gravadoras como a Casa Edison, responsável pelas primeiras gravações de músicas em território nacional, em 1902 (FRANCESCHI, 2002), que também comercializava os fonógrafos e gramofones, assim como os discos. Posteriormente, outras gravadoras internacionais se estabeleceram na cidade e o rádio também teve um desenvolvimento significativo no Rio de Janeiro, com o surgimento de orquestras de rádio e a projeção de grandes cantores. Dessa maneira, é natural que a história do choro esteja intrinsecamente relacionada a essa cidade, uma vez que ela concentrava músicos e empresários, fazendo com que pessoas oriundas de outros estados migrassem para a capital em busca de mais oportunidades de trabalho na área musical. No entanto, o choro propagou-se por todo o território, através da circulação de músicos, partituras e gravações e posteriormente com a influência do rádio como grande disseminador do gênero. Em distintos estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Pará, o choro adquiriu contornos locais, associando-se a outros gêneros praticados nessas regiões e sujeito às suas influências sociais e culturais. Manteve, no entanto, características que unificam o gênero, com um compartilhamento de repertórios, práticas e hábitos, tal qual nas comunidades de práticas estudadas por Etienne Wenger (1998). Na atualidade, além das comunidades e redes dos praticantes de choro, distribuídas pelas cinco regiões do Brasil, o choro tornou-se um gênero praticado a nível mundial: encontram-se núcleos de choro nos cinco continentes.

No ano de 2020, o IPHAN, através da Associação de Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro (ACAMUFEC), deu início ao processo de instrução técnica para o registro do Choro como Patrimônio Cultural do Brasil. O registro do Choro como Patrimônio Cultural foi solicitado em 2015 pela Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello, na figura de seu diretor Henrique Lima dos Santos Filho (conhecido como Reco do bandolim) e posteriormente teve adesão de outras instituições, como o Instituto Casa do Choro, o Conservatório Pernambucano de Música no Recife e o Clube do Choro de Santos.

O processo iniciou-se com a escolha de uma equipe de pesquisadores designados pelo IPHAN, formada por Lucia Campos (UEMG), Pedro Aragão (Unirio) e Rafael Velloso (UFPel), professores universitários, pesquisadores do choro e músicos atuantes no cenário do gênero, que atuaram juntamente com técnicos e pesquisadores do IPHAN e da ACAMUFEC. O processo de instrução técnica foi realizado através de uma ação de reconhecimento e registro dos lugares e praticantes do choro em todo o território nacional. Inicialmente programado para ser realizado de forma presencial, em virtude da pandemia de COVID-19, o processo precisou ser adaptado para o modo inteiramente remoto, fato inédito nos processos de patrimonialização de bens no Brasil até então.

Dessa maneira, o processo de instrução técnica deu-se por meio de diversas ações. Num primeiro momento, foram colhidos depoimentos audiovisuais com detentores, com entrevistas realizadas remotamente através da plataforma *Zoom* e posterior transcrição. Estes detentores foram selecionados através do próprio conhecimento que a equipe de coordenadores tinha do cenário do choro, uma vez que os três pesquisadores designados também são músicos atuantes no choro. Outros nomes foram sugeridos pelos próprios detentores e pela equipe de pesquisadores assistentes que foi selecionada posteriormente, para auxílio no levantamento de dados e organização dos seminários.

O questionamento inicial que ocorreu por parte de diversos detentores foi a percepção que o Choro, primeiro gênero de música urbana genuinamente brasileiro, já é considerado patrimônio pela comunidade. Este questionamento foi exposto pela equipe da coordenação e relatado em um trabalho onde as reflexões oriundas do processo de instrução, assim como as etapas do processo, foram objeto de estudo dos autores (CAMPOS, ARAGÃO, VELLOSO, 2022). O trabalho resume, em um depoimento da cavaquinhista Luciana Rabello, como o choro é percebido pela comunidade e praticantes como patrimônio cultural:

Com relação à legitimidade desse reconhecimento do choro como patrimônio cultural do Brasil, eu tenho a dizer que é uma bela oportunidade que o choro está dando ao Estado de fazer jus a uma verdade que já é assim reconhecida pelo povo desde a sua criação. É um belo momento de um encontro, de uma celebração verdadeira de uma cultura que é ancestral, que está na base da criação da música no Brasil e é um verdadeiro celeiro de músicos brasileiros desde sempre, que influencia tudo o que veio depois no Brasil da maneira como a gente conhece hoje, então reconhecer o choro como patrimônio brasileiro é mais do que uma obrigação, é uma oportunidade... (RABELLO, 2021, *apud* CAMPOS; ARAGÃO; VELLOSO, 2022, p. 4).

Esta percepção também foi observada por mim nas diversas entrevistas que realizei com detentores. O que era desconhecido por estas pessoas é que o reconhecimento do Choro pelo IPHAN conferiria a legitimação do reconhecimento tácito, popular, pelo Estado brasileiro, envolvendo as diversas instituições (instâncias governamentais, órgãos nacionais e regionais de preservação do patrimônio e outros agentes públicos) no processo de reconhecimento, e o mais importante, as ações de salvaguarda para a permanência e continuidade do bem.

Além dos depoimentos, também foi promovida uma série de reuniões *online* de mobilização com detentores, organizadas inicialmente reunindo agentes de todo o território nacional, para discutir as etapas do processo juntamente com os coordenadores. Estas reuniões ocorreram em salas sem acesso ao público, diferentemente das etapas posteriores de encontro online, conforme veremos.

Foram realizados também ciclos de seminários *online* com pesquisadores de choro, músicos, produtores e representantes de coletivos, assim como um ciclo com instrumentistas de choro, divididos por instrumentos ou naipes de instrumentos, como bandolim, cavaquinho, violão, flauta, sopros, metais e percussão. Os instrumentistas foram selecionados procurandose obter representatividade de regiões, diversidade etária e paridade de gênero. Estes

seminários foram transmitidos ao vivo e disponibilizados depois no canal do *Youtube* do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).

Além disso, foi realizado um levantamento com vistas a formar um banco de dados que será disponibilizado para consulta pública após a finalização do processo de reconhecimento do choro. Este banco de dados procurou mapear a manifestação do choro em todo território nacional em quatro eixos, definidos pelos coordenadores: Acervos de choro; Ações de ensino; Clubes e associações; Rodas e locais de performance. Este mapeamento foi feito com uma a colaboração de chorões, pesquisadores e instituições relacionadas ao choro, como Clubes, instituições com guardas de acervos, universidades etc.

Em janeiro de 2021, uma equipe de oito pesquisadores, distribuídos por região, foi selecionada através de chamada pública para auxiliar esta etapa de levantamento de dados que irá compor o banco de dados. A equipe de pesquisadoras responsáveis pelo levantamento na região Sudeste foi composta por mim, juntamente com Anna Paes, violonista e pesquisadora, e Joana Corrêa, antropóloga. Embora colaborássemos mutuamente no processo de levantamento de dados da região como um todo, fiquei responsável mais especificamente pela coleta de dados no estado de São Paulo, além da organização e mediação de alguns seminários online que ocorreram ao longo do ano. Também contatei algumas instituições e chorões da Região Norte do país, uma vez que no processo seletivo, não houve nenhum pesquisador selecionado que fosse morador ou atuante naquela região do país.

O processo de mapeamentos de dados iniciou-se em março de 2021, sendo designado como o primeiro eixo o levantamento de acervos públicos e particulares. Foi definido pela coordenação da equipe de pesquisadores que cada pesquisador de região entraria em contato com arquivos públicos de suas regiões e com detentores de acervos privados, e tentaria levantar a maior quantidade de acervos possíveis dentro do prazo dado para esta fase do processo, que era de seis meses. Para cada acervo, público ou privado, era elaborada uma ficha seguindo um modelo em formato *Word*, onde eram preenchidas informações de contato do proprietário ou responsável pela tutela do acervo; inventário geral do acervo, se houvesse (quantidade de itens, suporte, disponibilização; breve histórico do acervo, condições do mesmo e ações de salvaguarda que poderiam ser realizadas no mesmo; bibliografia e fontes de pesquisa, se houvessem. Para os demais eixos, foram realizadas fichas semelhantes, variando apenas as informações relativas a cada eixo. Nos acervos de ações de ensino, por exemplo, constavam informações do público-alvo e quantidade estimada de alunos. Somente

referente ao estado de São Paulo, fiz o levantamento e preenchimento de fichas de treze acervos, onze ações de ensino, doze Clubes de choro ou associações e dezoito rodas de choro ou locais de performance, totalizando 54 fichas. Como resultado geral do levantamento de dados realizados no Brasil todo, foram elaboradas 430 fichas, sendo 155 relativas a acervos; 81 fichas sobre Ações de Ensino; 51 sobre Clubes e associações; 143 sobre Rodas e locais de performance (ENCONTROS, 2021).

A equipe de pesquisadores e coordenadores, assim como a coordenação geral e técnicos do IPHAN, realizava encontros semanais online às sextas feiras à tarde. Nas primeiras reuniões, que ocorreram de março até setembro de 2021, a coordenação apresentava os modelos de fichas, aos quais os pesquisadores faziam sugestões de inclusão de novos campos de preenchimento. Durante a fase de levantamento de dados, os pesquisadores iam compartilhando dúvidas, dificuldades encontradas no processo e trocas de informações sobre as coletas de dados. Também foram discutidas nas reuniões as organizações dos Seminários de Choros que foram organizados ao longo do semestre. Cada pesquisador se incumbia de organizar e moderar um ou dois seminários que foram divididos em dois eixos temáticos: No primeiro semestre, foram feitos seminários com pesquisadores de choro e com participantes de coletivos. No segundo semestre, foram feitos seminários com instrumentistas de choro, dividido cavaquinho, bandolim. por instrumentos: violão. percussão, flauta. clarinete/saxofone, metais e teclas. Nestes seminários, procurou-se convidar músicos seguindo alguns critérios que pudessem comtemplar participantes de várias regiões do Brasil, de diferentes faixas etárias e buscando diversidade de gênero. A equipe toda sugeria pessoas para serem entrevistadas e a coordenação dava a palavra final para os selecionados, de acordo com os critérios estabelecidos. Foram feitos convites instrumentistas que fossem nomes atuantes e reconhecidos pela comunidade de chorões, o que levou, naturalmente à uma seleção que incluiu algumas pessoas e outras se sentiram preteridas, uma vez que uma média de cinco a seis músicos participavam de cada encontro. No entanto, músicos de reconhecida importância e atuação no choro foram entrevistados e seus depoimentos colhidos pela equipe de coordenação, compondo um banco de dados de depoimentos online que foi entregue junto a outros documentos par a equipe técnica do IPHAN, de maneira a serem apreciados pelos pareceristas do processo e levados ao Conselho Consultivo, para o efetivo reconhecimento do Choro como Patrimônio Cultural.

O mapeamento do Choro em São Paulo

Sendo uma instrumentista praticante de choro há cerca de vinte anos e pesquisadora do choro na última década, tenho bastante contato com chorões do estado de São Paulo como um todo, e especialmente na cidade de São Paulo. Minha pesquisa de doutoramento concentrouse na transmissão do choro e na história das instituições de ensino no Brasil, assim como a realização de um estudo etnográfico de participantes de festivas de choro. 1 Tendo frequentado inúmeros festivais de choro pelo Brasil e como residente na cidade de São Paulo, tive oportunidade de conhecer e conviver com uma parte significativa de chorões da capital e do estado, o que ocorreu tanto através da participação em rodas de choro e como pelo fortalecimentos de laços, decorrentes dos encontro por conta da reinauguração do Clube do Choro de São Paulo, em 2015, evento que me motivou a aprofundar a pesquisa acadêmica no gênero. Dessa forma, esta rede de contatos formada com colegas e interlocutores da pesquisa me possibilitou, em uma certa medida, um trânsito mais fluido entre os novos contatos que teria que fazer para realizar o levantamento para o processo do Choro como Patrimônio. A partir do meu conhecimento de diversos chorões e locais de prática de choro, fui realizando um levantamento preliminar de acervos públicos e privados. Posteriormente, os próprios chorões ou pesquisadores de acervos indicavam possíveis locais ou pessoas que pudessem ter acervos relevantes para a pesquisa. Dessa forma, organizei uma tabela com informações de locais e contatos com responsáveis de acervos. O contato era feito por email, ligação telefônica e mensagem de Whatsapp. De uma maneira geral, tive uma boa receptividade por parte dos interlocutores, que foram muito solícitos em me auxiliar com as informações. Eu realizei o preenchimento de fichas de acordo com as informações fornecidas pelos meus interlocutores e complementadas com pesquisas documentais e audiovisuais, se necessário.

Na primeira fase do levantamento, procurei listar e identificar os acervos institucionais e pessoais que poderiam ter relevância para o choro em São Paulo. Num primeiro momento, realizei listagens com os principais nomes de chorões que eu sabia de antemão que teriam acervos, como o bandolinista Izaías Bueno de Almeida, e pesquisadores que estudavam outros chorões importantes, como Felipe Siles de Castro, que se debruçou sobre a obra do paulistano

00.4

¹ ROSA, Luciana Fernandes. *Relações entre escrita e oralidade na transmissão e práxis do choro no Brasil.* 2020. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27158/tde-09032021-143914/. Acesso em: 01 jan. 2024.

Esmeraldino Salles, ou Paola Picherzky, violonista que resgatou, tanto através de pesquisa acadêmica como de gravações artísticas, a obra de Armando Neves, importante violonista. Houve uma dificuldade em identificar quais instituições públicas e privadas eram de interesse para o choro, principalmente porque o choro enquanto gênero se estabeleceu por volta dos anos 1920, porém diversos gêneros que fazem parte do universo do choro, como maxixe, valsas, polcas, tangos, schottisches, quadrilhas e mazurcas, também relevantes para a pesquisa, muitas vezes não são identificados pelos responsáveis pelos acervos. Assim, na cidade de São Paulo, as principais instituições detentoras de acervos incluídos no levantamento foram: a Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo, onde encontra-se a Coleção de Ronoel Simões, um violonista e pesquisador do maior acervo de violão do mundo; o Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, que contém o acervo de Marcello Tupynambá, pianista; o Arquivo Público do Estado de São Paulo, que detém o Fundo São Luiz do Paraitinga, com acervos de bandas da região do Vale do Paraíba; o Museu da Imagem do Som, que possui a coleção do cartunista Miécio Caffé, com uma importante coleção de discos de 78 rpm além de caricaturas de músicos. Os acervos pessoais também são de suma importância na composição e reconhecimento dos acervos de choro, e destacam-se o acervo de Izaías Bueno de Almeida, bandolinista, como já mencionado; O acervo da primeira gestão do Clube do Choro de São Paulo, sob tutela de Oswaldo Luiz Vitta, um de seus fundadores; o acervo de discos e 78 rpm do pesquisador Gilberto Inácio Gonçalves, contendo cerca de 20 mil discos, entre os 78 rpm e LPs.

A pesquisa de instituições e ações de ensino foi útil para organizar e atualizar algumas informações, tendo em vista que eu já havia realizado este levantamento para a minha pesquisa de doutorado, finalizada em 2020. Ainda assim foi importante identificar os locais de ensino e as adaptações necessárias para a manutenção das atividades nos anos de pandemia, que foram oferecidas virtualmente. Destacam-se o núcleo de Choro da EMESP Tom Jobim, a Escola do Auditório Ibirapuera, a Escola de Choro de São Paulo (esta, mantida voluntariamente e sem sede própria), o Conservatório de Tatuí (importante centro formador de chorões no interior do estado). A partir de contatos previamente estabelecidos pela pesquisa de campo realizada no doutorado, ampliei e aprofundei as informações com o máximo detalhamento necessário para o levantamento requerido pela equipe de coordenadores.

A dificuldade em levantar rodas e locais de performance se deu sobretudo em virtude da pandemia, uma vez que as atividades presencias foram interrompidas. Portanto, estabeleceu-se como critério de pesquisa listar as rodas e locais que estavam em atividade até o início da pandemia. Também foram levantados locais e rodas já desativados, porém que tiveram relevância histórica para o choro na cidade. Assim, as rodas na casa de Antônio D'Áuria, entre 1955 a 1980 e a roda da Contemporânea, a mais antiga em atividade, assim como a Rua do Choro, entraram para o levantamento.

Entre os clubes e associações foi particularmente desafiador identificar e registrar o Clube do Choro de São Paulo, que teve quatro versões bastante distintas em suas composições e finalidades, de acordo com a época. Assim, foram feitos três registros diferentes, sendo que o Clube do Choro atual, reinaugurado em 2015, apesar de algumas interrupções e perda temporária da sede, mantém-se em atividade, inclusive com rodas de choro virtuais durante a pandemia. Neste ponto, vale ressaltar a história da criação do Clube de Choro em sua primeira versão, entre 1977 e 1979, retratada em forma de dissertação pela pesquisadora Miranda Sousa (2009).

Na década de criação do Clube, em São Paulo, o Choro passava por um dos momentos mais críticos de sua trajetória, quando após um longo período de sucesso, entrou em declínio, com diminuição drástica do número de gravações e espaços de atuação de chorões. Não faz parte deste relato entrar nas motivações que causaram este momento delicado na história do gênero. Porém, é fundamental reconhecer que a criação do Clube do Choro de São Paulo foi, de certa forma, responsável pela revitalização do gênero naquela década. Junto com a inauguração do Clube houve a promoção de diversos shows, o lançamento de um periódico e a gravação de um disco com a obra de Armando Neves, falecido um pouco antes do surgimento do Clube do Choro. Além da promoção dos eventos e da produção de materiais, o Clube do Choro também exerceu um papel importante na preservação da memória e do patrimônio imaterial, através de seu Departamento de Arquivo e Memória, responsável por entrevistas com chorões e registro em áudio dos shows promovidos pelo Clube. Sousa (2009) destaca a importância do clube no processo de resgate de nomes esquecidos ou pouco conhecidos do choro, sobretudo no momento complicado pelo qual o gênero passava em nível nacional. Nas palavras da autora,

O último fator que levou o Clube do Choro a procurar 'resgatar o choro das sombras' foi o sentimento de que esse resgate poderia preservar o patrimônio cultural e musical de São Paulo, tornando-o conhecido do grande público. Esse resgate, no entanto, não implicava em congelamento do repertório ou na revitalização do choro de uma forma estática, isto é, uma preservação no sentido museológico, em que não são admitidas modificações no gênero ou intercâmbios com outras formas musicais. O objetivo do Clube do Choro sempre foi o resgate dos chorões 'escondidos', para que o reconhecimento de sua obra pudesse levar ao desenvolvimento e à sobrevivência do gênero (SOUSA, 2010, p. 97).

A autora também destaca o caráter de continuidade e permanência do choro como patrimônio, em que o gênero se atualiza constantemente com as transformações adquiridas no percurso histórico, renovando-se e se inserindo nos acontecimentos da época. Sobretudo na cosmopolita São Paulo dos anos 70, o surgimento de obras e autores considerados inadequados à tradição histórica do choro também foi alvo de críticas. A ideia do patrimônio como algo em constante transformação e adequação ao tempo presente também foi apontada por Campos, Aragão e Velloso (2022), conforme podemos notar no seguinte trecho: "uma concepção ampla de patrimônio, que compreende a música atrelada ao cotidiano, aos modos de vida, em que as propostas educativas partem dos próprios músicos, atuantes no universo do choro, para preservar e fomentar a transmissão dessa prática" (CAMPOS; ARAGÃO; VELLOSO, 2022, p. 54).

No caso do Clube do Choro, após sucessivos períodos de desativação, mudança de gestão e até mesmo de propósitos, em 2015 houve sua reinauguração, com a designação do Teatro Arthur de Azevedo como sede, uma programação anual de shows e a manutenção de uma roda de choro aos sábados. Por ocasião da reinauguração do Clube do Choro de São Paulo, deu-se o encontro da geração de chorões antigos, dentre os quais vários que fizeram parte da primeira edição, como Izaias Bueno, Nelson Galeano, João Macacão, entre outros, e a participação da geração atual de chorões e produtores.

Reuniões e Encontros Regionais

A fase de elaboração de fichas para o levantamento de dados ocorreu de março a setembro de 2021. Naturalmente, por limitações de tempo e de acesso às pessoas e locais, não foi possível fazer um levantamento total de todas as práticas e acervos de choro no Brasil. No entanto, as fichas coletadas, após serem apresentadas à Equipe Técnica e Conselho Consultivo do IPHAN, farão parte de um banco de dados elaborado na plataforma de dados Tainacan,

pluguin de software livre, gratuito e atualizável, concebido para a gestão e a publicação de acervos digitais e que e que vem sendo utlizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). A ideia é que o banco de dados seja continuamente alimentado futuramente, de maneira a estar em constante atualização e ampliação.

As reuniões de mobilização e encontros regionais de chorões foram organizados online durante o ano de 2020 e 2021. Neste último ano, foram feitas reuniões de maneira a trazer uma devolutiva dos dados coletados até então para os detentores de todo o Brasil, assim como para ter um retorno sobre os trabalhos, visando sugestões da comunidade do choro no geral. Estes encontros de 2021 ocorrem online mas foram transmitidos em tempo real no Youtube. Tive a oportunidade de participar dos encontros da região Sudeste e da Região Norte, a qual entrei em contato com diversos chorões, que fui procurando conhecer pelas redes sociais e pelos buscadores da internet. Foi gratificante e em certa medida, emocionante, ouvir essas pessoas em um diálogo dentro da comunidade de chorões, levantando problemas locais para a salvaguarda e manutenção do choro em diversos locais. Os detentores no geral se mostraram extremamente felizes com a oportunidade de serem ouvidos e de compartilhar com outros chorões de suas regiões e de outras partes do Brasil seus sentimentos e suas ações em prol do fortalecimento do choro. Era inegável o sentimento de alegria geral que se observou nestes encontros.

Considerações Finais

O processo do levantamento dos dados foi uma experiência extremamente enriquecedora e contribuiu para que fossem identificadas e listadas diversas frentes de atuação do choro, assim como a preservação de memória. Também foi possível constatar, mais uma vez, que o esforço individual de músicos e pesquisadores para manter acervos, escolas e clubes foi essencial neste processo.

Durante o processo, tomei conhecimento de rodas de choro das quais nunca soube da existência, assim como pude me aprofundar em histórias fundamentais para a manutenção e continuidade do choro na cidade e no estado de São Paulo. Diversos agentes foram fundamentais neste processo, contribuindo com informações únicas e materiais aos quais a pesquisa documental não teria acesso, em virtude de estarem em acervos particulares.

ROSA, Luciana Fernandes. *Memórias e Registros do Choro Paulistano*: o Choro como patrimônio cultural.

Constatei também que os acervos em posse de instituições públicas sofrem com a falta de pesquisadores qualificados para a sua identificação e disponibilização ao público. Muitos acervos identificados estão parados há muitos anos, sem uma devida catalogação e em alguns casos, correndo riscos de deterioração.

A expectativa é que, com o reconhecimento do choro como Patrimônio Cultural pelo IPHAN, o órgão possa estabelecer parcerias com as esferas públicas estaduais e municipais, em busca de traçar planos de salvaguarda para os diversos bens materiais e imateriais que integram a memória e preservação do choro.

Atualmente, o processo de instrução técnica se encontra finalizado e já entregue à equipe de técnicos do IPHAN. O órgão abriu um chamado para que a população se manifestasse acerca do processo, durante o mês de novembro de 2023 com base em um parecer que foi disponibilizado no site Gov.br e amplamente divulgado nas redes sociais.² Após este período, espera-se que o Conselho Consultivo do IPHAN se reúna para o veredicto final, e com base nos documentos apresentados, o choro será reconhecido pelo órgão como Patrimônio Cultural do Brasil. Uma vez que o reconhecimento se efetive, alguns dos materiais apresentados, como o dossiê e o documentários, serão disponibilizados ao público.

Referências

CAMPOS, Lucia; ARAGÃO, Pedro; VELLOSO, Rafael. Mas o choro já não é patrimônio? Ressonâncias e desafios do processo de patrimonialização do choro. *Labor Histórico*, 8(1), p. 46-62. 2022. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/47592/29810. Acesso em: 01 dez. 2022.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000180884. Acesso em: 05 dez. 2022.

CHORO, PATRIMÔNIO DO BRASIL. Site do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/arquivos/file/choro patrimonio cultural do brasil texto diagramad o_para_divulgacao.pdf. Acesso em: 9 dez. 2022.

A nota no diário oficial encontra-se aqui: https://www.in.gov.br/web/dou/-/aviso-520696600. Acesso em: 1 jan. 2024.

² O parecer pode ser consultado neste link: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/populacao-pode-se-manifestar-sobre-o-choro-como-patrimonio-cultural-do-brasil/ParecerTcnicoChoro.pdf. Acesso em: 1 jan. 2024.

ROSA, Luciana Fernandes. *Memórias e Registros do Choro Paulistano*: o Choro como patrimônio cultural.

ENCONTROS REGIONAIS – *Projeto Choro como Patrimônio* – Região Sudeste (SP e ES). Seminários de choro do CNFCP. Disponível em: https://youtu.be/KF0RZtERMOA. Acesso em: 9 dez. 2022.

FRANCESCHI, Humberto. A Casa Edison e seu tempo. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

LEME, Mônica Neves. "*E saíram à luz*...": as novas coleções de polcas, modinhas, lundus, etc. Música popular e impressão musical no Rio de Janeiro (1820-1920). Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

PATRIMÔNIO CULTURAL. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=71. Acesso em: 9 dez. 2022.

SOUSA, Miranda. *O clube do choro de São Paulo*: arquivo e memória da música popular na década de 1970. São Paulo, Dissertação de Mestrado, UNESP, 2009.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

WENGER, Etienne. *Communities of Practice*: Learning, Meaning and Identity. Cambridge University Press, 1998.

Sobre a autora

Luciana Fernandes Rosa é violoncelista, professora e pesquisadora em música brasileira. É professora titular na Faculdade de Música do Espírito Santo. Tem doutorado em música pela Universidade de São Paulo, mestrado em performance pela Louisiana State University e é bacharel e licenciada em música pela USP. Apresentou trabalhos acadêmicos e ministrou oficinas na Espanha, México, Cuba e em várias universidades brasileiras, além de ter diversas publicações em periódicos de referência. Foi membro do projeto temático O Musicar Local – Novas trilhas para a Etnomusicologia, com apoio da FAPESP. Fez parte da equipe de pesquisa do processo de reconhecimento do Choro como Patrimônio Cultural do Brasil junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tocou em diversas orquestras no Brasil e EUA. Tem importante atuação na música popular, tendo tocado com expressivos artistas no país. É autora do livro Relações entre Escrita e Oralidade na transmissão e práxis do choro no Brasil.